

# CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES

## VI REUNIÃO ORDINÁRIA

BRASÍLIA, 03 e 04 de Junho de 2009

### 1. APROVAÇÃO DA PAUTA

### 2. ASSUNTOS DEBATIDOS DURANTE A REUNIÃO

#### 2.1. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A última reunião do Comitê Permanente, realizada em Brasília no dia 06 de maio de 2009 deliberou que, na convocação da plenária, fossem encaminhadas duas perguntas: devemos ou não fazer a II Conferência Nacional de Economia Solidária agora, em 2010? E qual devem ser os possíveis temas dessa II Conferência? Para abrir o debate sobre este tema foi apresentada a proposta da SENAES de que a II Conferência deveria acontecer até junho de 2010, sendo convocada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária. Não havendo nenhuma objeção em relação a questão da realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária, a questão da data de sua realização foi objeto de discussão, alguns conselheiros consideraram importante a realização no início de 2010, para que a Conferência possa contribuir com a abertura de um novo processo de discussão do Plano Plurianual 2012-2016, cujo debate vai se dar no primeiro semestre de 2011, construção de plataforma para diálogo a ser realizado com candidatos durante o período eleitoral e os contrários a sua realização em 2010 acreditam que os trabalhadores e trabalhadoras da economia Solidária deveriam concentrar neste momento seus esforços sobre o debate da Lei Geral da Economia Solidária e realizá-la após o processo eleitoral e novo governo, e que não se crie um isolamento do tema da economia solidária que deve utilizar desse período para se articular com outros movimentos sociais para requalificar o modelo de desenvolvimento que desejamos. No que se refere as temas forma trazidas diversas contribuições dentre elas: discussão das políticas que vem sendo implementadas em âmbito estadual e municipal, os avanços da organização dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, processo de avaliação das realizações das prioridades pactuadas na I Conferência Nacional de Economia Solidária, o debate sobre a institucionalidade da política, aqui entendido como a discussão da participação social no processo de construção da política, diálogo e organicidade entre os entes federados e a articulação entre os diversos instrumentos já implementados para apoio a economia solidária. Outro ponto muito debatido foi à necessidade de realização de Consulta aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Encaminhou-se pela aprovação a priori da realização da II Conferência nacional de Economia Solidária no início de 2010, será realizada ampla consulta as bases para definição, o resultado desta consulta será apreciado pelo Comitê Permanente em reunião prevista para o início de agosto.

#### 2.2. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUATENTÁVEL E SOLIDÁRIA

Realizada em junho de 2008, em Olinda, Recife a Conferência Nacional foi precedida de conferências sobretudo territoriais e intermunicipais, conferências em todos os territórios rurais do Brasil, uma atividade temática sobre cooperativismo e economia solidária e conferências estaduais. Essas atividades contaram com mais de cinco mil e quinhentos participantes nas conferências estaduais, e a conferência nacional contou com aproximadamente 1600 pessoas em Olinda. O Ministério do Desenvolvimento Agrário está

## **CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES**

vivendo um momento pós-conferência dando encaminhamento às resoluções e decisões da conferência que teve por tema central “Um Brasil rural com gente” Na última reunião do CONDRAF ficou deliberado a elaboração de uma proposta de política nacional de desenvolvimento para o Brasil rural, um documento que expresse em primeiro lugar o conceito de “rural”, a transversalidade nas políticas, e que contemple os valores: solidariedade, sustentabilidade, igualdade, diversidade e inclusão social,. A um desejo de que esta proposta fosse apreciada nos vários conselhos de políticas públicas, pelos diversos segmentos da sociedade no intuito de, a partir de 2010, organizar debates para que seja enviada ao Congresso uma lei que a sociedade defenda, fruto de um processo de mobilização em que a sociedade expresse sua vontade de ter uma política que trate especificamente do rural no Brasil.

### **2.3. INFORME DO BOLETIM MERCADO DE TRABALHO, CONJUNTURA E ANÁLISE**

É uma publicação do IPEA e do Ministério do Trabalho e Emprego, parceria que iniciou-se em 1996, é trimestral e a partir do da edição de número 39, de maio de 2009, contará com uma seção permanente sobre economia solidária. O título da seção é Economia Solidária e Políticas Públicas a idéia dessa seção é que progressivamente vá articulando um processo de discussão em torno da problemática da economia solidária e possa servir de ponto de apoio para a manutenção de uma discussão permanente sobre a evolução da economia solidária, existe a idéia de que antes de cada número se promova discussões com alguns convidados e a partir dessa discussão publique textos ou ao contrário, sejam solicitados textos, artigos de algumas pessoas e depois seja promovido debates a partir desses textos, espera-se que esta seção do boletim venha a trazer elementos capazes de ajudar a pensar um observatório da economia solidária.

### **2.4. MARCO REGULATÓRIO PARA PARCERIAS ENTRE O ESTADO E AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS**

O debate iniciou com a discussão sobre a quase inviabilização, extrema dificuldade em manter as parcerias entre o Estado brasileiro e as entidades privadas sem fins de lucro da sociedade civil e que são importantes parcerias para a execução das políticas sociais do Governo, principalmente as de inclusão social que tem o compromisso de incorporar novos sujeitos e novos setores sociais. Pontuou-se a ampliação dos mecanismos e atuação dos Órgãos de Controle em relação a essas parcerias. Entre os principais gargalos nessas parcerias podemos citar: a confusão entre convênios e contratos, que transforma contratos públicos em interesses privados e a não compreensão da finalidade social e principalmente a dimensão solidária da sociedade civil; a vedação da admissão e utilização do pessoal interno mesmo que as pessoas sejam as mais adequadas; a vedação de destinação de equipamentos e outros bens necessários para o bom cumprimento da proposta; ausência de regulação específica adequada aos empreendimentos de economia solidária; inviabilização da possibilidade de proposição de iniciativa pela sociedade civil; desenvolvimento de um sistema e sua aplicação imediata; entre outros. Ressaltou-se a o papel criativo da Sociedade civil na gestação de novas políticas, das quais algumas se transformam em políticas de Estado, os mais prejudicados não estão tendo qualquer voz pública, avançar na compreensão e reconhecimento do papel da sociedade civil no cumprimento dos objetivos da nação; a timidez com que o governo reagiu a esta crise, a necessidade de modificação da LDO em relação à questão da contrapartida e da destinação de recursos para investimento de capital e que se trata de uma disputa política ideológica, e temos que avançar na construção de uma visão mais democrática, mais popular no país. A Secretaria Geral da Presidência da República informou que serão realizados cinco seminários nas principais capitais do Norte e Nordeste para qualificar as entidades para operar o SICONV. Foram também sistematizadas as dúvidas oriundas dos ministérios

## CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES

para serem encaminhadas a AGU que providenciará uma normativa para tentar unificar as interpretações. Como encaminhamento ficou deliberado que o Comitê Permanente deverá amadurecer a constituição de um grupo que tenha por finalidade acompanhar as discussões do marco regulatório para parcerias estabelecidas entre o Governo Federal e entidades privadas sem fins lucrativos. Foram levantadas como possibilidades o grupo ser o próprio comitê permanente, uma sub-comissão com membros do comitê permanente, um grupo de conselheiros. Como primeira tarefa este grupo terá por responsabilidade a confecção de uma Nota pública dirigida à sociedade ressaltando a importância da atuação das entidades privadas sem fins lucrativos.

Encaminhar Recomendação do Plenário do Conselho solicitando que a Secretaria Geral da Presidência da República chame uma reunião dos diferentes Conselhos de Políticas Sociais para discutir a questão do marco regulatório para parcerias entre o Estado e entidades da sociedade civil, e que na recomendação conste como uma das propostas atividade formativa para discussão da política desses conselhos e órgãos de controle.

### 2.5. COMITÊ TEMÁTICO DE COMERCIALIZAÇÃO, PRODUÇÃO E CONSUMO

Foi informado por representantes do Comitê que serão convidados a participar das suas reuniões as seguintes entidades: ANA – Agência Nacional de Águas , IMS – Instituto Marista de Solidariedade e ECOVIDA. Fizeram proposta de ampliação das finalidades dos Comitês Temáticos incluindo como atribuição o acompanhamento das políticas públicas, intitulado como controle social; alterações e proposições em relação à proposta de documento inicial da proposição da lei da Economia Solidária, proposta de criação de um Comitê Temático do Comércio Justo e Solidário para dar mais organicidade e celeridade ao tema. As propostas de alteração no documento inicial da proposição da Lei de Economia Solidária foi encaminhado a sub-comissão que fez a primeira versão do documento para que possam sistematizar as contribuições. No que se refere a criação do Comitê o Comitê Permanente deliberara sobre a criação do Comitê Temático de Comércio Justo em sua próxima reunião. O atual Comitê de Comercialização será convocado para esta reunião e encaminhará aos conselheiros a Resolução de Criação do Comitê, bem como Exposição de Motivos, antes da reunião.

### 2.6. INFORME COMITÊ TEMÁTICO DE FORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Foi informado que o Comitê já realizou oito reuniões ordinárias e colocou como seu desafio apresentar ao Conselho diretrizes conceituais sobre Formação e Assistência Técnica. Sobre a questão da Formação, o Comitê considerando já ter acúmulo suficiente trouxe para o Conselho aprovar recomendação que trata do Termo de Referência para Políticas Públicas de Formação. Em relação à discussão de Assistência Técnica o comitê realizou diversas escutas de instituições e políticas públicas de Assistência Técnica em Economia Solidária, realizará cinco seminários regionais para aprofundar o tema nas regiões e um seminário nacional sobre Política Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária.

### 2.7. INFORME SOBRE AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE APOIO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### Secretaria Nacional de Economia Solidária:

- Apoio a constituição de novos Centros Públicos e desenvolvimento de atividades nos já existentes;
- Chamada Pública para apoio ao Projeto Brasil Local descentralizada Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte 1 e 2 e Nordeste 1 e 2;
- Concurso de Projetos para apoio a OSCIP objetivando a organização de redes na área

## **CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES**

de processamento e comercialização de resíduos sólidos;

- No âmbito do PRONASCI apoio a organização de empreendimentos solidários, envolvendo jovens egressos do sistema prisional, estruturação de incubadoras dentro dos presídios e apoio a bancos comunitários;
- Qualificação de mais de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras de Economia Solidária através do PLANSEQ ECOSOL;
- Apoio a Projetos de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD/MEC;
- Coleta de Dados para atualizar e ampliar a base de dados do SIES;
- Parceria com a FINEP para apoio ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas a empreendimentos econômicos solidários;
- Fomento a incubadoras
- Parceria com o SESU/MEC no programa de Extensão Universitária para a ampliação das ações de economia solidária nas universidades.
- OBS. Nem todas as ações acima listadas são efetuadas com recursos oriundos do orçamento da SENAES.

•

### **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social:**

- Apoio a empresas recuperadas, indústrias, divulgação de novo programa para atendimento as demandas deste setor;
- Apoio ao microcrédito, estão realizando discussões para fortalecer o desenvolvimento institucional para a camada mais baixa, elaboração de curso a distância para formação de agentes; e
- Apoio a cadeias produtivas através de parceria com a Fundação Banco do Brasil.

### **Ministério do Desenvolvimento Social:**

- Parceria com PNUD para apoio a inclusão de jovens na perspectiva da economia solidária;
- No âmbito da Cooperação com a UNESCO para capacitação de multiplicadores e de práticas na área de catadores de materiais recicláveis;
- Apoio ao PRONINC;
- Apoio a Rede de Equipamentos de alimentação e nutrição – restaurantes populares e cozinhas comunitárias;
- Programa de Aquisição de Alimentos PAA – entra como critério de seleção ser referendado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária ou do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Apoio a agricultura urbana e peri urbana, produção, processamento e comercialização contribui para a seleção ser referendado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária ou do Conselho Nacional de Economia Solidária; e
- Apoio a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar, atualmente mais localizado no semi-árido, mas com perspectiva de expansão de feiras nas regiões metropolitanas.

### **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP:**

- Implantação de Centros Integrados de Pesca Artesanal;
- Edital através do PRONINC para incubar a gestão destes Centros;
- Parceria para incubagem no Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Tocantins, Amazonas, Ceará, Pará e Roraima; e
- Parceria com entidade para realização de seminários regionais e nacional para

# CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES

construção coletiva do Programa Nacional de Cooperativismo na área de Pesca e Aqüicultura.

## **Caixa Econômica Federal:**

- A Caixa passará a designar parte de seus lucros para um Fundo Sócio Ambiental sendo uma de suas premissas básicas atender projetos de economia solidária, baseado em experiência de inclusão de grupos historicamente excluídos.

## **Prefeitura Municipal de Manaus:**

- Ação de qualificação e treinamento, curso de gestão e elaboração de projetos;
- Curso de técnica de vendas e atendimento ao público;
- Feiras itinerantes;
- Implantação de Centro Público;
- Pesquisa, prospecção de mercado e comércio Justo;
- Participação em redes e fóruns; e
- Criação do Conselho de Economia Solidária.

Encaminhamento:

Construção para a próxima reunião Ordinária do Conselho de documento com valores dos recursos destinados para as ações de economia solidária e a demanda reprimida, para diante da análise do quadro encaminhar ao Ministério do Planejamento ampliação dos limites de empenho.

## **3. INFORMES**

### **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**

- Realização da IX Reunião da Coordenação Nacional prevista para meados de agosto;
- Segundo semestre previsão de realização de Caravana de Mobilização, com a realização de sete encontros regionais; e
- Diálogo com o CONIC sobre a Campanha da Fraternidade.

### **Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária:**

- Oficina Nacional no Rio de Janeiro nos dias 15 e 16 de junho;
- Plenária da Rede no dia 17 de junho.

### **UNISOL:**

- Realizará em julho evento no Rio Grande do Sul que reunirá duzentos Juízes do Trabalho para discutir a relação do Poder Judiciário e a Economia Solidária;
- Realização do Congresso da UNISOL nos dias 6 e 7 de julho;
- Implantação de Centro de Comercialização, parceria com a ADS/CUT e Petrobrás;
- Realização em outubro do evento Conexão Solidária.

### **Prefeitura Municipal de Teresópolis:**

- Aprovação de Lei Municipal que aprova compra direta da Agricultura Familiar – PAA Municipal;
- Discussão e construção de Lei da Economia Solidária em que esteja prevista a compra de uniformes desses empreendimentos, aproveitando a questão das compras públicas para construção de cadeia produtiva.

### **Empreendimentos de Saúde Mental em São Paulo:**

- Fruto de curso de Extensão Universitária apoiada pelo CNPQ, foi implementado um Banco Comunitário e criada a Moeda social dos CAP's "Qualquer".

# CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES

## UNICAFES:

- Realização do V Encontro Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária dias 7, 8 e 9 de julho em Brasília;
- Lançamento no evento acima citado da Caravana pelo Cooperativismo Solidário.

## **4.OBERVAÇÕES**

Informamos que estão à disposição na Secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária a transcrição da gravação da VI Reunião Ordinária do CNES e a lista de presença.